

ROGÉRIO SANTOS PORTO

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
análises de propostas curriculares

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2015

ROGÉRIO SANTOS PORTO

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
análises de propostas curriculares

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Prof. Dra. Meily Assbú Linhales

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me guiar em todos os caminhos tortuosos pelos quais passei.

Aos meus pais, Maria de Fátima Santos Porto e Rogério Neves do Porto, e irmãs, Marina Santos do Porto e Andreia Santos Porto, por acompanharem meu crescimento sempre estando ao meu lado com carinho e compreensão. A todos vocês o meu amor eterno.

A minha orientadora, Meily Assbú Linhales, pela GENEROSA paciência e incentivo. A você, meu respeito, minha gratidão e minha admiração.

Aos meus coordenadores do Centro Pedagógico da UFMG, Juliana Batista Faria, Ana Rafaela Correia Ferreira e Fabrine Leonard Silva, por terem me ensinado a profissão de professor, não só na Educação de Jovens e Adultos. A vocês também todo meu respeito, minha gratidão e minha admiração.

Aos amigos de faculdade, Bruno Bitarães, Madson Cruz, Vitor Pessoa, Ailton Costa e Filipe Vaz, pelas contribuições acadêmicas, pelas conversas na academia de musculação, pelos dias de estágio e dias de Cabral mas, principalmente, pela amizade.

Ao ~~Bo~~onde+ que, do seu jeito peculiar, nunca deixou de acreditar! Aos eternos amigos Henrique Lopes, Camila Otoni e Tatiana Fonteles: vocês fazem parte do início deste processo de formação.

E a todos os familiares, amigos, companheiros e colegas que um dia estiveram presentes em minha vida, agradeço de coração!

RESUMO

Este estudo abordou a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos tomando como objetos de pesquisas algumas propostas curriculares. De modo mais específico a pesquisa investigou esta disciplina na Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos Segundo Segmento do Ensino Fundamental, apresentada pelo Ministério da Educação (MEC); identificou outras propostas curriculares de EJA, que contemplam a Educação Física como conteúdo desta modalidade de ensino nos estados brasileiros e, por fim analisou os documentos identificados, relacionando-os com a proposta do MEC. Foram encontrados 21 propostas curriculares entre os 27 estados averiguados. Destas, 15 fazem referência a Educação de Jovens e Adultos. Todavia, apenas 13 mencionam o ensino de Educação Física. E, deste universo, apenas 06 documentos apresentam uma Proposta Curricular para a disciplina Educação Física na Educação de Jovens e Adultos. Finalizadas todas as etapas de seleção documental ficou estabelecido que o trabalho de análise propriamente dito seria realizado com as propostas do Estado de Pernambuco e do Distrito Federal. Para construção dos argumentos e análises tomamos a Proposta Curricular do Ministério da Educação como referência e, a partir deste documento, foram estabelecidos quatro eixos de análises dos documentos, a saber: concepções pedagógicas; objetivos de ensino; metodologias adotadas e formas de avaliações. Entre outras conclusões, merecem destaques as abordagens críticas que orientam a construção dos referidos documentos.

Palavras-chave: Ensino de Educação Física. Educação de Jovens e Adultos. Propostas Curriculares.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, A EDUCAÇÃO FÍSICA, A PROPOSTA CURRICULAR E SUAS RELAÇÕES	09
2.1	Educação de Jovens e Adultos e Sua Trajetória Histórica	12
2.2	Educação Física: Pertencimento e Representação	14
2.3	Educação Física na Educação de Jovens e Adultos	16
2.4	Propostas Curriculares	
3	A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	18
3.1	A Proposta Nacional	22
3.1.1	Proposta Curricular Para Educação de Jovens e Adultos . Segundo Segmento do Ensino Fundamental	22
3.2	As propostas locais	24
3.2.1	Currículo em Movimento da Educação Básica - EJA - Distrito Federal	24
3.2.2	Parâmetros Para a Educação Básica do Estado de Pernambuco	26
4	ANÁLISE DAS PROPOSTAS	28
4.1	Qual a concepção pedagógica apresentada em cada um dos documentos?	28
4.2	Quais objetivos os documentos apresentam?	30
4.3	Quais são as propostas metodológicas apresentas como sugestões para o ensino?	32
4.4	Como avaliar o aluno na EJA?	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIA	38

1 INTRODUÇÃO

Minha relação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi acontecendo de forma espontânea. No início de 2012, ingressei no Programa Segundo Tempo (PST) no Centro Pedagógico (CP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde permaneci como monitor no período de um ano. No fim do meu contrato resolvi procurar um novo projeto de pesquisa e extensão, dentro da própria universidade. Então, no início de 2013, a coordenadora de núcleo do PST, na época, havia indicado um edital para bolsista de extensão do Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos . 2º seguimento (PROEF 2), também desenvolvido no CP.

O PROEF 2 está vinculado ao Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos da UFMG. Este programa integra atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a escolarização de jovens e adultos. Sendo desenvolvido por três unidades da universidade: Faculdade da Educação (FaE), Centro Pedagógico e o Colégio Técnico da UFMG (Coltec). Na FaE, o PROEF 1, tem como objetivo trabalhar com alfabetização dos alunos, somente com as disciplinas Matemática e Português. No CP o PROEF 2 apresenta-se com objetivo de trabalhar a formação do Ensino Fundamental, contando com as disciplinas: Matemática, Português, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira e Expressão Corporal (Artes, Teatro ou Educação Física). No Coltec o Programa de Ensino Médio de Jovens e Adultos (Pemja) tem como objetivo formar seus alunos no Ensino Médio. Todos esses projetos contam com a participação de alunos dos cursos de licenciatura da UFMG, que atuam como professores nas diferentes disciplinas.

Ao iniciar meu percurso na EJA, imaginei que minha experiência com a docência, através do PST, poderia me ajudar nesta nova jornada. Um dos primeiros questionamentos que realizei foi: O que ensinar para um grupo de adultos em formação? Inicialmente busquei conhecer suas práticas, para isso realizei um questionário onde perguntava para eles quais atividades haviam realizado na Educação Física antes do abandono escolar e por quais conteúdos tinham interesses. A parti desse questionário montei um projeto de ensino, que incluía os diferentes conteúdos da Educação Física. Entretanto, a falta de conhecimento e de referencial teórico sobre este grupo sempre permaneceu como um fator dificultador em meu trabalho. Tive que aprender a lidar com estes alunos e entender suas necessidades a partir de muitos erros e acertos.

Tal experiência me levou a realizar várias reflexões a respeito do meu trabalho. Começava a pensar sobre: O que deveria ser ensinado? E como deveria ser ensinado? Percebi então a necessidade de um conhecimento prático e teórico para auxiliar no meu aprendizado docente. Foi aí que me surgiu uma nova pergunta: Onde buscar esse conhecimento? Livros, faculdade, professores ou até mesmo colegas de graduação. O que não sabia era que já existiam diferentes documentos que buscavam responder a essas perguntas e auxiliar o professor no seu trabalho docente.

Considero essencial a presença da Educação Física na formação de jovens e adultos, também entendo a importância de um documento curricular como norteador na formação e atuação de professores. Acredito que as Propostas Curriculares possuem em suas páginas diferentes conhecimentos, possíveis de serem importantes guias informativos no trabalho docente.

A partir das minhas experiências e das questões suscitadas este trabalho objetiva investigar e analisar propostas curriculares sobre EJA que apresentam a Educação Física como um conteúdo. Para isso meus objetivos específicos são: Analisar o conteúdo de Educação Física na Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos Segundo Segmento do Ensino Fundamental, apresentada pelo Ministério da Educação (MEC); identificar propostas curriculares de EJA, que contemplam a Educação Física como conteúdo desta modalidade de ensino nos estados brasileiros; analisar os documentos identificados relacionando-os com a proposta do MEC.

Assim sendo, esta monografia está organizada em três seções. Na seção 02 faço uma reflexão e uma relação sobre a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Física, e as Propostas Curriculares existentes, dialogando com estudos relativos aos temas. Na seção 03 exponho à construção do estudo, o levantamento dos dados, os critérios de seleção das propostas e, por fim, uma apresentação de cada um dos documentos analisado. Na quarta seção analiso as propostas curriculares a partir de algumas categorias: concepções e objetivos da Educação Física; metodologia e avaliação do ensino. Realizo tal problematização tendo como referência a Proposta Curricular do Ministério da Educação.

2 REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, A EDUCAÇÃO FÍSICA, A PROPOSTA CURRICULAR E SUAS RELAÇÕES.

Para compreender a presença da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos, considero necessário conhecer alguns aspectos históricos que envolvem essa modalidade de ensino. Posteriormente tais reflexões contribuem na compreensão dos processos de produção de propostas curriculares.

2.1 A Educação de Jovens e Adultos e Sua Trajetória Histórica

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada aquelas pessoas que não tiveram acesso ou não permaneceram no ensino regular na idade apropriada. A idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio. A partir dessa pequena definição, procuro aqui apresentar alguns elementos referentes à trajetória histórica da EJA no Brasil.

De acordo com Dias e Perehouskei (2012) a história da EJA no Brasil é muito recente, embora venha se desenvolvendo de forma assistemática desde o período do Brasil Colônia, mesmo que com algumas dificuldades.

Num país pouco povoado, agrícola, esparso e escravocrata, a educação escolar não era prioridade política e nem objeto de uma expansão sistemática. Se isto valia para a educação escolar das crianças, quanto mais para adolescentes, jovens e adultos. A educação escolar era apanágio de destinatários saídos das elites que poderiam ocupar funções na burocracia imperial ou no exercício de funções ligadas à política e ao trabalho intelectual. (BRASIL, 2000, p 12.).

Além de funções ligadas a burocracia imperial, política e intelectual, a educação brasileira abrangia um caráter religioso. Priorizando ofícios relacionados ao funcionamento da economia colonial, como trabalhos manuais e ensino agrícola. (DIAS e PEREHOUSKEI, 2012, p 31).

Mas foi através do desenvolvimento industrial no início do século XX, que se obteve lentamente uma valorização da educação adulta. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000) os surtos de urbanização na década de vinte traziam a necessidade de uma formação mínima de trabalhadores para o país.

Dando um salto até década de 40 percebemos como são tão recentes as iniciativas de uma educação adulta que não foi pensada somente na perspectiva da

produção econômica do país. Soares (1996) relata que a primeira iniciativa do governo ao atendimento educacional adulto é de 1947 com o lançamento da Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos. Ainda, segundo Soares¹ (1996 *apud* PAULA, 2010, p 06).

Essa 1^o campanha foi lançada por dois motivos: o primeiro era o movimento pós-guerra que vivia o mundo, que fez com que a ONU fizesse uma série de recomendações aos países, entre estas, a de um olhar específico para a educação adulta. O segundo motivo foi o fim do Estado Novo, que trazia um processo redemocratização, que gerava a necessidade de ampliação do contingente de eleitores no país.

De acordo com Dias e Perekouski (2012) essa campanha tinha como proposta uma alfabetização de adultos em três meses, seguida de um curso primário de sete meses. Soares (1996) alega que foram instituídas dez mil classes no ensino supletivo em todo o país, Entretanto os resultados não foram satisfatórios, pois:

Diversas críticas foram feitas ao método de alfabetização adotado, para a população adulta nessa campanha, como as precárias condições de funcionamento das aulas; a baixa frequência e aproveitamento dos alunos; a má remuneração e desqualificação dos professores; inadequação do programa e do material didático à clientela; a superficialidade do aprendizado entre outras. (DIAS e PEREKOUSKI, 2012, p. 33)

Nesse período o Serviço de Educação de Adultos (SEA) do Ministério da Educação e Saúde elaborou várias publicações que revelaram um discurso em que a educação adulta era vista como solução para os problemas da sociedade. O alfabetizador era visto como aquele que tinha uma missão salvadora a cumprir. E o analfabeto, por sua vez, era visto de maneira preconceituosa, chegando-se a atribuir-lhe a causa da ignorância e da pobreza (SOARES, 1996). Ainda segundo o mesmo autor, a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos argumentava que ensinar para adultos era mais fácil, mais rápido e mais simples do que ensinar crianças. Portanto, qualquer pessoa poderia desempenhar essa função, logo não era necessário formar e qualificar um profissional específico para tal.

Todavia, dentre todos os estados que faziam parte desta campanha, um se destacou de forma positiva, o de Pernambuco, [a.] do qual fazia parte Paulo Freire, que propõe uma maior comunicação entre o educador e o educando e uma

¹ SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. **Revista Presença Pedagógica**, [s.l.], v.2, n.11, set./out. 1996.

adequação do método às características das classes populares+ (DIAS e PEREHOUSKEI, 2012, p. 33).

Diante desse fato, na década de 60, uma nova visão sobre o analfabetismo começava a surgir, tendo como precursoras as referências de Paulo Freire. Na perspectiva de Freire, o processo educativo deveria interferir na estrutura social do aluno. Como relata Soares (1996), surge então um novo paradigma pedagógico: O analfabetismo que era antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser interpretado como efeito da pobreza, gerada por uma estrutura social não igualitária.

Em 1963, o Governo encerrou a 1º campanha e encarregou Freire de organizar e desenvolver um Programa Nacional de Alfabetização de Adultos. Todavia, segundo Paula (2010), o programa foi extinto em 1964, catorze dias após o golpe militar. Após o golpe, Paulo Freire foi exilado e o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos com a criação da Lei 5.379, do dia 15 de dezembro de 1967, surgindo o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Segundo Soares (1996), o MOBRAL restringiu o conceito de alfabetização à habilidade de aprender a ler e a escrever.

Na década de setenta, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 5.692/71, limitou o dever do Estado com a educação às faixas etárias de 07 aos 14 anos. Sendo assim, para os alunos fora dessa faixa etária foi implantado o ensino supletivo sendo reconhecido como um direito de cidadania. De acordo com Soares (1996),

A LDB/71 dedicou, pela primeira vez na história das legislações educacionais, um capítulo ao ensino supletivo, estabelecendo sua função no Art. 24: %uprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria+.

Essa lei sancionada foi considerada um grande avanço para área da educação de jovens e adultos no país. Em 1974, atendendo a este dispositivo legal, o MEC realizou a implantação dos Centros de Estudos Supletivos (CES) como a solução mais viável para essa modalidade de ensino naquele período (SOARES, 1996).

Em 1985, o MOBRAL foi extinto, surgindo a Fundação Educar que, de acordo com Dias e Perehouskei (2012), abriu mão de executar diretamente os projetos e passou a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas existentes.

Já em 1988 a Constituição Federal ampliou o dever do Estado para com a EJA garantindo o direito ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito para todos os cidadãos. Mesmo com essa obrigatoriedade estabelecida por lei, não foi desenvolvida uma política pública consistente. O que desobrigou a União dos deveres com a EJA, transferindo-os aos Estados e Municípios, com apelo para organizações não governamentais (PAULA, 2010).

Em 1990 chega ao fim a Fundação Educar, seis anos depois, a nova Lei nº 9334/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), se tornou um marco na história da EJA. Essa lei suprimiu o ensino supletivo e adotou o termo Educação de Jovens e Adultos. Segundo Paula (2010), caracterizando este termo como uma modalidade de ensino da educação básica nas suas etapas fundamental e média.

Essa trajetória histórica da EJA no Brasil nos permite estabelecer possíveis características dos sujeitos que vamos encontrar nesta modalidade de ensino. Sendo alunos geralmente vindos de famílias de baixa renda, em grande parte negros, que não tiveram acesso à escola na idade apropriada, pois moravam em regiões de difícil acesso. Também os jovens que tiveram que trabalhar para ajudar na renda familiar, alunos que abandonaram a escola pelas dificuldades encontradas no sistema educacional, entre outras questões. Por isso estou de acordo com Dias e Perehouskei (2012, p. 29) quando afirma “[...] a alfabetização de jovens e adultos não se limita a uma tarefa meramente escolar. Está intimamente ligada a sonhos, expectativas e anseios de mudança+.

2.2 Educação Física: Pertencimento e Representação

A Educação Física considerada como disciplina e integrada a um currículo escolar traduz um pertencimento ao cenário da educação. A partir dessa afirmação concordo com Vago (2009) que diz: “[...] tal pertencimento lhe confere uma identidade fundamental como prática da escola, organizada por professores para a intervenção na formação de crianças, de adolescentes, de jovens e de adultos+.

Entretanto para incluir a Educação Física como uma disciplina do sistema educacional é necessário compreender as representações produzidas e praticadas em sua história escolar. Mas que representações seriam essas? O recurso higiênico contra a sobrecarga do trabalho intelectual, o aperfeiçoamento e aprimoramento da raça, a educação dos sentidos, a correção e o endireitamento dos corpos, a eficiência para a vida moderna, o celeiro esportivo, a psicomotricidade, a

aprendizagem motora, a detecção de talentos esportivos e o acesso à produção da cultura corporal de movimento. Estes são alguns exemplos de expectativas em torno da presença da Educação Física em sua história no Brasil (VAGO, 2012). Entretanto, cada representação teve um contexto histórico determinado pela sociedade que interferiu na sua distribuição nos tempos escolares.

Tomado como referência os aspectos legais, a LDB de 1996 estabelece a presença da Educação Física na educação básica. Dois anos depois o Conselho Nacional de Educação, por intermédio de sua Câmara de Educação Básica, instituiu outro dispositivo legal, as Diretrizes Curriculares Nacionais, que, segundo Vago (1999), confirmam a obrigatoriedade da Educação Física na educação básica. Novamente os aspectos legais aprovam o pertencimento desta disciplina no cenário educacional.

Todavia, mesmo com afirmação do pertencimento da Educação Física na escola pela sua historicidade e pelos aspectos legais, é indispensável compreender sua especificidade pedagógica, para que possa ser legitimada no ambiente escolar. Valter Bracht busca definir a especificidade da Educação Física trabalhando com a noção de cultura corporal de movimento.

O movimentar-se é entendido como uma forma de comunicação, que é constituinte e construtora de cultura, mas, também, possibilitada por ela. É uma linguagem, com especificidade, é claro, mas que, como cultura, habita um mundo simbólico (BRACHT, 1997, p. 16).

Tomando como referência esta noção, percebemos como ela pode se adequar aos espaços escolares, segundo Vago (2009) a escola é um lugar de cultura e seus protagonistas (adultos, os jovens, os adolescentes e as crianças) são os produtores dessa cultura: cultura infantil, cultura juvenil, cultura adulta. Neste sentido devemos pensar na escola como um lugar de cultura social e produção de conhecimentos específicos de cada disciplina. Seja na matemática com soma, multiplicação e divisão, no português com gramática, leitura e escrita, e na Educação Física com as ginásticas, os esportes, os jogos, as danças, brincadeiras e as lutas.

2.3 Educação Física na Educação de Jovens e Adultos

Como já foi citado acima a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 estabeleceu que a Educação Física é um componente curricular da educação básica. Mas, para os cursos noturnos tinha sua presença como facultativa. Em 2003, com a lei nº 10.793, é realizada uma modificação no artigo 26, seção três da LBD de 1996, e a Educação Física passa a ser obrigatória em todas às modalidades de ensino da educação básica, o que caracteriza a Educação de Jovens Adultos como detentora desse direito. Todavia essa lei ainda conserva o fato da prática dessa disciplina ser facultativa ao aluno que se enquadra nas seguintes determinações:

- I . que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).
- II . maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).
- III . que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).
- IV . amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).
- V . (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).
- VI . que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003). (BRASIL. Lei Federal 9394/1996).

Através desses termos concordo com Paula (2010) que afirma que essa lei [p.a.] caracteriza a Educação Física exclusivamente como uma disciplina prática que, portanto, deve se apresentar como opção para os sujeitos que supostamente possuem restrição para essa vivência+. Vago (1999) vai ainda mais longe dizendo que essa lei não definiu critérios para a organização do seu ensino, o que possibilitou maneiras diferentes de se fazer a Educação Física na escola. Ressaltou que os interesses econômicos têm marcado diferentes interpretações da LDB. Ferreira² (2007 *apud* PAULA, 2010) afirma que [p.a.] o aspecto legal não é muito favorável às práticas da Educação Física Escolar no ensino noturno+. Entretanto é preciso ir além dos aspectos legais e [p.a.] avançar no sentido de realizar uma Educação Física na Educação de Jovens e Adultos na qual não caibam restrições, e sim promova a inclusão+. (PAULA, 2010, p. 12).

² FERREIRA, Luiz Olavo Fonseca. **As contribuições da Educação Física para a EJA: o que pensam os alunos de uma escola pública noturna em Belo Horizonte**. Monografia (Especialização em Esporte Escolar) - Universidade de Brasília, Belo Horizonte, 2007.

Para compreender a Educação Física como disciplina da Educação de Jovens e Adultos não podemos deixar de relacionar sua especificidade com a modalidade de ensino em questão. Pensando na Educação Física como cultura corporal ou cultura corporal de movimento, estou de acordo com Vago (2009) que afirma “[...] identidade da Educação Física com a educação que se realiza na escola é um primado orientador para um projeto cultural+. Na qual os jogos, as brincadeiras, as ginásticas, as danças, as lutas e os esportes devem estabelecer correlações com os ambientes sociais nos quais esses jovens e adultos estão inseridos. (CARVALHO, 2011, p. 12)

Os sujeitos frequentes da EJA tornam essa modalidade de ensino heterogênea e diversificada, devido às diferenças de gênero, classe social e idade. Esses estudantes levam para a escola todas as suas experiências corporais acumuladas na trajetória das suas vidas. Como disse Benjamin (*apud* VAGO, 2009) “[...] o corpo é nossa caixa de lembranças+. Portanto compreender o corpo na sua realidade biológica é imprescindível, mas reduzir o corpo a sua biologia

É empobrece o olhar que lançamos às crianças, aos adolescentes, aos jovens que participam das aulas de Educação Física. Por ser corpo humano, é também uma realidade cultural. O humano inventa-se ao inventar cultura: seu corpo é condição primeira para essa invenção. (VAGO, 2009, p. 33)

Os corpos humanos são detentores de histórias DAOLIO³ (1995 *apud* VAGO, 2009) afirma “[...] o homem aprende a cultura por meio de seu corpo+e na EJA muitos desses corpos são carregados de preconceito, vergonha, discriminação e críticas. Esses estudantes ao retornarem a escola, desejam na maioria das vezes somente melhorar a leitura e escrita, o que dificulta o trabalho do professor de Educação Física, devido ao não reconhecimento do seu conteúdo, por parte dos próprios alunos.

Enfim a EJA, é um lugar onde existe um contexto específico, que exige dos professores diversas reinvenções dos diferentes componentes curriculares. E a Educação Física precisa ser repensada e recriada a partir das diversidades, necessidades e especificidades desses alunos. A Educação Física na EJA pode ser tornar um ambiente de possibilidades de um projeto coerente, um projeto de

³ DAOLIO, Jocimar. Da cultura do corpo. São Paulo: Papyrus, 1995. Educação Física e cultura. **Revista Corpoconsciência**, Faculdade de Educação Física de Santo André, n. 1, 1998.

formação humana, que trabalha as práticas corporais de movimento, em suas variadas dimensões.

2.4 Propostas Curriculares

Uma Proposta Curricular é um documento que deve se constituir como subsídio para elaboração de projetos de ensino. Segundo Kramer (1997) é um instrumento de trabalho, elaborado com base em diversos tipos de solicitações de secretarias municipais, estaduais e do próprio Ministério da Educação (MEC).

Para apresentar o que uma Proposta Curricular pode conceber num sistema de ensino faço referência a Kramer (1997) que afirmar uma Proposta Curricular expressa sempre os valores que a constituem. Tais documentos precisam estar intimamente ligados à realidade a que se dirigem. Portanto, pensar em uma proposta única é inviável, pois esse instrumento precisa se constituir a partir das necessidades, especificidades e realidades as quais estão inseridos. Então mesmo que o Ministério da Educação apresente em seu portal do professor⁴ uma Proposta Curricular para todo o Brasil, é necessário que a partir desse documento os Estados e Municípios elaborem propostas que traduzam as necessidades e especificidades de cada região.

Pensar uma proposta pedagógica única pressupõe pensar um conceito uniformizador de criança, de jovem, de adulto; de professor, de educação e de sociedade, um conceito que, por generalizar, desrespeita as diferenças . seja de etnia, sexo, classe social ou cultura. Ao contrário, uma proposta pedagógica ou curricular para a educação de crianças, de jovens ou de adultos precisa trabalhar com as contradições e especificidades da realidade brasileira, de cada região, estado ou município, zona urbana ou rural. (KRAMER, 1997, p. 21 . 22)

Esses termos colocados por Kramer fazem pensar que uma Proposta Curricular não é uma %receita+, que deve ser seguida a risca para obter sucesso. Mas sim um guia orientador para o professor, seu leitor principal.

⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/portal-do-professor>. Link do site do Ministério da Educação com objetivo de apoiar os processos de formação dos professores brasileiros e enriquecer a sua prática pedagógica.

3 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho consiste em uma análise documental de Propostas Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental. Phillips⁵ (1974 *apud* LÜDKE e ANDRÉ 1986, p. 38) afirma que um documento é "qualquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano".

De acordo com Cuba e Linconl⁶ (1981, *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986) uma pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Destacando o fato de que este instrumento pode constituir-se em uma fonte estável e rica, com a possibilidade de ser consultado várias vezes, inclusive servindo de base para vários estudos. Entretanto, as mesmas autoras apresentam limitações para esse tipo de pesquisa e uma delas deve ser considerada neste trabalho. Os documentos nem sempre são amostras representativas do fenômeno de estudo. Logo, o que é apresentado numa Proposta Curricular não necessariamente é realizado numa instituição escolar. Caulley⁷ (1981 *apud* LÜDKE; ANDRÉ, 1986) diz que uma análise de documentos busca identificar informações no documento a partir de questões e hipóteses colocadas pelo pesquisador. Segundo Kramer (1997), toda análise supõe uma leitura, sendo que toda leitura envolve três participantes: o autor, o leitor e a obra. Levando em consideração a citação de Kramer, ao analisar uma proposta, deve-se perguntar: Quem são os autores? Em quais circunstâncias este documento foi escrito? E a quem se dirige?

Neste capítulo ajeito documentos que se destacam como possíveis guias pedagógicos no trabalho docente dos professores de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos. Para tal pesquisa fiz uma busca nos sítios virtuais das Secretarias da Educação dos estados brasileiros, à procura de Propostas Curriculares referente ao conteúdo Educação Física na EJA para Ensino Fundamental. Nos sítios virtuais de alguns estados não foram encontrado os documento buscados. Nesses casos realizei uma busca on-line com a palavra-chave "proposta curricular+seguida do nome do estado brasileiro em pesquisa. Tais buscas foram realizadas no período compreendido entre julho a agosto de 2015.

⁵ PHILLIPS, B.S. **Pesquisa Social**, Rio de Janeiro, Agir, 1974.

⁶ CUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Effective Evaluation**. San Francisco. Ca.. Jossey . Bass, 1981.

⁷ CAULLEY, D. N. **Document Analysis in Program Evaluation** (Nº 60 na série Paper and Report Series of the Research on Evaluation Program). Portland, Or. Northwest Regional Educational Laboratory, 1981

Nos 27 estados averiguados foram encontrados 21 documentos. Destes, 15 fazem referência a Educação de Jovens e Adultos. Todavia apenas 13 fazem citações sobre a Educação Física e apenas 06 documentos apresentam uma Proposta Curricular para a disciplina Educação Física na Educação de Jovens e Adultos.

Ressalto ainda que destes 06 documentos, 02 são versões preliminares, que não foram encontrados nos sítios virtuais das Secretarias de Educação dos estados de referência.

No Quadro abaixo apresento os sítios virtuais relativos aos 27 estados averiguados. Estão incluídos aqueles nos quais nenhum documento foi encontrado.

Quadro 01: Estados . Documentos Encontrados . sítios virtuais

Estados	Documentos Encontrados	sítios virtuais consultados
Acre	Referencial Curricular . Módulo I - EJA Ensino Fundamental (Educação Física)	http://www.see.ac.gov.br/portal/index.php/documentos-2/category/28-eja-fundamental
Alagoas	Referencial Curricular da Educação Básica Para Escolas Públicas de Alagoas	http://www.educacao.al.gov.br/centro-de-documentacao-e-informacao-educacional/superintendencia-de-gestao-de-rede-estadual-de-ensino-suger/referencia-educacional/referencial-da-educacao-basica/Referencial%20Curricular%2020-08-10.pdf
Amapá	Plano Curricular de Educação Básica do Estado de Amapá	http://www.ceap.br/artigos/ART27022011132327.pdf
Amazonas	Plano Estadual de Educação do Amazonas	http://www2.ifam.edu.br/arquivos/planos/pee-am-doc-base-elaborado.pdf
Bahia	Política de EJA da Rede Estadual Bahia	http://www.sec.ba.gov.br/jp2011/documentos/Proposta_da_EJA.pdf
Ceará	Nenhum documento encontrado.	//
Distrito Federal	Currículo em Movimento da Educação Básica - EJA - Distrito Federal	http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur_mov/7_educacao_de_jovens_e_adultos.pdf
Espírito Santo	Caderno de Diretrizes - EJA - Espírito Santo	http://www.educacao.es.gov.br/download/cartilha_a_EJA_final.pdf
Goiás	Reorientação Curricular do 1º ao 9º ano Currículo em Debate - EJA - Goiás	https://jucienebertoldo.files.wordpress.com/2013/02/caderno-5-2-eja-ef.pdf
Maranhão	Referencial Curricular de EF no	http://www.educacao.ma.gov.br/ExibirPagina.as

	Ensino Fundamental Maranhão	px?id=419
Mato Grosso	Orientações Curriculares . Diversidades Educacionais - Mato Grosso	http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/Institucional.aspx
Mato Grosso do Sul	Nenhum documento encontrado.	//
Minas Gerais	Secretaria do Estado de MG Proposta Curricular . Educação Física . Ensino Fundamental	http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B922DC580-837C-4CD5-B5D4-B49F9FEB4533%7D_educa%C3%A7%C3%A3o%20fisica.pdf
Pará	Matriz Curricular Para o Ensino Fundamental EJA Pará	http://www.seduc.pa.gov.br/site/seduc/modal?ptg=3962
Paraíba	Nenhum documento encontrado	//.
Paraná	Diretrizes Curriculares da EJA	http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modulos/conteudo/conteudo.php?conteudo=1
Pernambuco	Parâmetros Para a Educação Básica do Estado de Pernambuco PC de EF . EJA	http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/PCPE_VD_EDUCACAO_FISICA_EJA.pdf
	Parâmetros na Sala de Aula - Educação Física - Educação de Jovens e Adultos	http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/PSAdigital_EDUCACAOFISICA_EJA.pdf
Piauí	Matrizes Disciplinares do Ensino Fundamental	http://www.seduc.pi.gov.br/diretrizes.php?pg=3&ti=Matrizes%20Disciplinares%20do%20Ensino%20Fundamental
Rio de Janeiro	Proposta Curricular um Novo Formato Educação Física	http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/orientacoes.asp
Rio Grande do Norte	Nenhum documento encontrado	//
Rio Grande do Sul	Referencial Curricular - Lições do Rio Grande Linguagens Códigos e Suas Tecnologias	http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/refer_curric.jsp?ACAO=acao1
Rondônia	Educação de Jovens e Adultos Rondônia	http://www.seduc.ro.gov.br/curriculo/wp-content/uploads/2013/02/EDUCACAO-DE-JOVENS-E-ADULTOS-EJA.pdf
Roraima	Nenhum documento encontrado.	//
Santa Catarina	Proposta Curricular de Santa Catarina	http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/proposta-curricular
São Paulo	Proposta Curricular Educação Física do estado de São Paulo Ensino Fundamental - Ciclo II e	http://www.rizomas.net/images/stories/artigos/Prop_EDF_COMP_red_md_20_03.pdf

Médio		
Sergipe	Nenhum documento encontrado.	//
Tocantins	Proposta Curricular EJA Versão Preliminar	http://www.drearaquaina.com.br/docs/proposta_curricular_eja_versao_preliminar.pdf

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir desse levantamento constato-se que nem todos os documentos encontrados seriam analisados. Foram estabelecidos três critérios de seleção para a escolha das propostas que comporiam o estudo. São eles:

- O documento deve está presente no sítio virtual da Secretaria da Educação do estado de referência;
- O documento deve fazer menção a EJA e a Educação Física;
- A referência à Educação Física deve ir além de uma citação, onde seja possível realizar uma análise mais detalhada da disciplina.

Após a verificação de cada documento foram selecionadas quatro propostas que atendiam aos critérios de seleção: Acre, Pernambuco, Rondônia e mais uma do Distrito Federal. Todavia, após uma leitura detalhada destes documentos percebemos que as propostas referentes aos estados do Acre e de Rondônia não apresentavam conteúdo suficiente para uma análise sistematizada.

Após todas estas etapas de seleção ficou estabelecido que o trabalho de análise propriamente dito seria realizada com as propostas de Pernambuco e do Distrito Federal tomando a propostas do Ministério da Educação como referência.

Passo então a apresentar o documento do Ministério da Educação intitulado "Proposta Curricular Para Educação de Jovens e Adultos - Segundo Segmento do Ensino Fundamental" e, posteriormente, as 02 propostas selecionadas para análises.

3.1. A Proposta Nacional

3.1.1 Proposta Curricular Para Educação de Jovens e Adultos - Segundo Segmento do Ensino Fundamental

A Proposta Curricular Para Educação de Jovens e Adultos - Segundo Segmento do Ensino Fundamental, foi publicada no ano de 2002, pela Coordenação

de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), da Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (MEC). Este documento tem a finalidade de subsidiar o processo de reorientação curricular nas secretarias estaduais e municipais. Para isso esta Proposta Curricular esta organizada em três volumes. O volume 01 busca apresentar temas que podem ser analisados e discutidos por todo o corpo docente, pois trazem fundamentos comuns às diversas áreas do conhecimento. Os volumes 02 e 03 são dedicados às áreas curriculares, sendo o volume 02 relativo as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, História e Geografia. Já volume 03 aborda as disciplinas de Matemática, Ciências Naturais, Arte e Educação Física. Este documento é encontrado no sítio virtual do Ministério da Educação e, para este trabalho de análise, tomarei como foco o volume 03, especificamente o conteúdo de Educação Física.

Este documento tem como texto introdutório a *Educação Física na Educação de Jovens e Adultos*, que em sua primeira frase apresenta a Cultura Corporal de Movimento como especificidade da Educação Física, sendo compreendida como um produto da sociedade. Outra relação feita pela proposta é entre a mídia e Educação Física para Jovens e Adultos, tendo como princípio que a Educação Física na escola não pode ignorar os meios de comunicação e as práticas corporais que eles retratam.

Após uma pequena introdução a Proposta sintetiza seus princípios norteadores: a) inclusão, b) diversidade, c) categorias de conteúdos e d) temas transversais.

Inclusão é a capacidade de superar a exclusão e a seleção. Para isso o professor deve apoiar, incentivar e valorizar o aluno nas práticas corporais, independente de sua etnia racial, sexualidade, classe social, religião ou nível de habilidade motora.

O processo de ensino e aprendizagem deve ser baseado em compreensão, esclarecimentos e entendimento das diferenças. As estratégias escolhidas necessitam não apenas favorecer a inclusão, como também discuti-la e torná-la clara para os alunos de EJA em todos os momentos da prática pedagógica. (BRASIL, 2002, p. 199).

A Diversidade deve ser entendida como uma possibilidade de apresentar aos alunos a cultura corporal de movimento e suas diferentes manifestações. A escolha

de objetivos e conteúdos deve se adequar à diversidade presente nas vivências dos diferentes alunos que chegam à escola.

No princípio que aborda as categorias de conteúdos são apresentados seus blocos: Esportes, Jogos, Lutas e Ginástica; Atividades Rítmicas e Expressivas; e o Conhecimento sobre o Corpo. Todos estes blocos devem ser organizados em Unidades Didáticas que levem em consideração as dimensões procedimental, conceitual e atitudinal. Quanto aos temas transversais o documento estabelece uma relação entre as atividades de estudo e os problemas da sociedade brasileira.

É importante que uma proposta curricular delinear as possíveis dificuldades que um professor poderá encontrar em seu trabalho docente. Para isso, o currículo do Segundo Segmento do Ensino Fundamental para EJA do MEC, apresenta o texto "Ensinar e Aprender na Educação de Jovens e Adultos" onde é discutido o processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração três dimensões como: diversidade, autonomia e aprendizagem específica.

No final deste documento o leitor tem contato com as orientações didáticas e um modelo de uma unidade didática é apresentado contendo: objetivos, justificativa, possibilidades de trabalhos interdisciplinares, etapas do planejamento docente, possibilidades de aprofundamento do conteúdo e avaliação.

Alguns autores também são mencionados: Mauro Betti, Valter Bracht, Lino Castellani Filho, Jocimar Daólio, João Batista Freire, Elenor Kunz, Carmem Lúcia Soares e Tarcísio Mauro Vago. Também são sugeridas publicações e periódicos, sítios virtuais e filmes.

No final o leitor poderá consultar os nomes da coordenação, elaboração e consultoria deste documento através de sua ficha técnica.

3.2. As Propostas Locais

3.2.1 Currículo em Movimento da Educação Básica - EJA - Distrito Federal

A proposta intitulada "Currículo em Movimento de Educação Básica", específica para Educação de Jovens e Adultos, foi encontrada no sítio virtual da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Este "Currículo em Movimento" é resultado do acúmulo de discussões que ocorreram ao longo de 2011 e 2012 em assembleias regionais e grupos de trabalho tais como: encontros temáticos; reuniões pedagógicas com coordenadores; encontros formais e informais com

professores e/ou comunidade escolar; visitas realizadas nas unidades escolares e Coordenações Regionais de Ensino. A partir de todas as reflexões realizadas constitui-se o objetivo geral do Currículo em Movimento na EJA, que é:

Promover a escolarização de pessoas jovens, adultas e idosas que interromperam ou não tiveram acesso ao processo formativo escolar, por meio da compreensão de uma prática educativa que atenda às especificidades e à diversidade dos sujeitos da classe trabalhadora envolvidos no processo, a fim de dialogar com seus saberes, culturas, projetos de vida e articular melhores perspectivas com o meio social, cultural e com o mundo do trabalho. (DISTRITO FEDERAL, p. 11).

Este documento possui 178 páginas e está dividido em 05 capítulos, com os seguintes títulos:

- A Educação de Jovens e Adultos;
- Caminhos da EJA: Um Breve Histórico;
- Pressupostos Teóricos;
- Currículo em Movimento na EJA do DF;
- A Estrutura Curricular da EJA.

Todo este trabalho compreende que o sujeito pertencente à educação adulta faz parte de uma classe trabalhadora, portanto este documento leva em consideração este sujeito específico. Em um diagnóstico do perfil do sujeito, o Currículo em Movimento+ destaca os estudantes como pessoas jovens, adultas, idosas; em cumprimento de medida socioeducativa; com restrição de liberdade (sistema prisional); população em situação de rua (vulnerabilidade social); sujeitos com necessidades educacionais especiais diagnosticadas ou não; integrantes de movimentos sociais e populares; trabalhadores da cidade e do campo.

É importante ressaltar que este documento apresenta uma versão sobre a história de Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal e, ainda, os aspectos legais sobre a EJA. Também compreende a Educação Adulta como uma educação popular caracterizada por princípios e práticas educativas, bem diferentes de uma perspectiva de educação em que os sujeitos são tratados como meros receptores de um conhecimento.

O documento destaca três eixos integradores: Cultura; trabalho; tecnologia. A cultura é entendida como acúmulo de saberes constituídos pelos seres humanos.

Os sujeitos da EJA são dotados de saberes da experiência, acumulados em sua trajetória de vida e trazem consigo elementos que, aliados uns aos

outros, formam um todo possível de diálogo com o saber apresentado pela escola em suas diversas áreas do conhecimento. (DISTRITO FEDERAL, p. 11).

O trabalho é entendido como uma produção social da vida e parte essencial dos sujeitos estudantes da EJA. E a tecnologia cogita o pressuposto de ampliar a participação do estudante na sociedade, não apenas com a inclusão digital, mas no diálogo com o mundo, problematizando-o de forma crítica, construtiva e criativa.

A estrutura do Currículo em Movimento+ é organizada em regime semestral atendendo toda a Educação Básica: Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Distribuídos em:

- Primeiro segmento, anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano);
- Segundo segmento, anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano);
- Terceiro segmento, compreendido como Ensino Médio.

A Educação Física está presente em todos os seguimentos deste documento como uma área de conhecimento pertencente ao campo das linguagens.

Não são apresentados os autores e/ou colaboradores responsáveis pela elaboração da parte relativa à Educação Física.

3.2.2 Parâmetros Para a Educação Básica do Estado de Pernambuco

A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco organizou em 2013 os Parâmetros Curriculares do Estado. Com cadernos específicos para cada componente curricular e com um caderno sobre as concepções teóricas que embasam o processo de ensino e aprendizagem da rede pública. A elaboração deste documento foi uma construção coletiva de professores da rede estadual, das redes municipais, de universidades públicas do Estado de Pernambuco e do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz Fora/Caed.

Assim como o Ensino Fundamental e Médio, a Modalidade EJA, também foi contemplada com cadernos específicos sobre cada conteúdo pelos Parâmetros Curriculares do Estado, incluindo a Educação Física como um componente curricular. Proposta Curricular esta intitulada Parâmetros Curriculares de Educação Física para a Educação de Jovens e Adultos do Estado de Pernambuco+.

Este caderno foi organizado por professores das Gerências Regionais de Educação e de várias instituições educacionais do Estado de Pernambuco .

Secretaria de Educação, União dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco (UNDIME/PE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade de Pernambuco (UPE).

Contem 72 páginas e o seu conteúdo está distribuído em três capítulos. Os Parâmetros Curriculares de Educação Física na EJA deste estado, compreendem a abordagem crítico superadora como referência central, especialmente a obra Coletivo de Autores⁸ (1992 *apud* PERNANBUCO, 2013, p.15).

Os Parâmetros Curriculares de Educação Física reafirmam o modelo de ensino comprometido com uma formação que garanta aos estudantes a ação-reflexão-nova ação sobre um conjunto de práticas da cultura corporal . Ginástica, Luta, Jogo, Dança e Esporte.

Este documento apresenta em seus textos as seguintes temáticas:

- A história da Educação Física no Brasil,
- Uma concepção de Educação Física,
- A história da EJA no país
- A importância desta disciplina como componente curricular da educação adulta.

Já em sua organização os conteúdos da Educação Física são distribuídos como eixos: Ginástica; Luta; Dança; Jogo; e Esporte. Segundo o Parâmetro Curricular+esses eixos correspondem aos principais elementos da cultura corporal a serem tratados na escola. Todos eles são apresentados para Ensino Fundamental e Médio da Educação de Jovens e Adultos. Para cada um destes conteúdos são apresentados objetivos que correspondem às expectativas de aprendizagem de acordo com a fase de ensino que o aluno se encontra.

Após a elaboração dos Parâmetros Para a Educação Básica do Estado de Pernambuco, a Secretaria de Educação, em parceria com a Undime, apresentou outro documento para auxiliar o professor de Educação Física nesta modalidade de ensino, conhecido como: Parâmetros na sala de aula - Educação Física - Educação de Jovens e Adultos+. O mesmo constitui-se como referência para a prática pedagógica da disciplina Educação Física, Com 70 páginas e conteúdos distribuídos

⁸ COLETIVO DE AUTORES, **Metodologia do Ensino de Educação Física** / coletivo de autores, São Paulo; Cortez. 1992. p. 119.

em 08 capítulos, traz orientações didático-metodológicas, sugestões de atividades e projetos e propostas de como trabalhar determinados conteúdos em sala de aula.

Estes dois documentos serão considerados em minha análise no próximo capítulo como se fossem uma mesma proposta sendo assim analisados em conjunto. Pois subentendo que um documento complementa o outro como instrumento de trabalho, para os professores de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos em Pernambuco.

4 ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Neste capítulo apresento uma análise das Propostas Curriculares de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos. Na construção dos argumentos realizamos uma primeira leitura da Proposta Curricular do Ministério da Educação e, a partir deste documento selecionamos quatro critérios de análises: concepções pedagógicas; objetivos de ensino; metodologias adotadas; e formas de avaliações. Formulamos perguntas que orientaram a análise dos documentos:

- Quais as concepções pedagógicas apresentadas pelos documentos?
- Quais são os objetivos que os documentos apresentam?
- As propostas indicam sugestões metodológicas para o ensino?
- Como propõem avaliar o aluno nesta modalidade de ensino?

Sempre que possível realizamos uma comparação entre a proposta nacional e os demais documentos. Isto porque compreendemos que a Proposta Curricular Para Educação de Jovens e Adultos - Seguimento do Ensino Fundamental pretende ser uma referência, como abrangência em todo território brasileiro.

4.1 Qual a concepção pedagógica apresentada em cada um dos documentos?

Através das citações e referências expostas pelos documentos, concluímos que as propostas curriculares de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos apresentam uma concepção crítica de Educação Física, seja ela superadora ou emancipatória.

No primeiro texto da proposta curricular do Ministério da Educação é informado que a inclusão da Educação Física representa uma possibilidade para o aluno ter contato com a cultura corporal de movimento. O acesso a esse universo é compreendido pelo documento como direito do cidadão, que [deve-se] constituir num instrumento de inserção social, de exercício da cidadania e de melhoria da qualidade de vida+ (BRASIL, 2002, p. 193). Percebemos que a proposta curricular do Ministério da Educação entende a cultura corporal como um produto da sociedade, que a constitui e transforma, de acordo com o meio ao qual o sujeito pertence.

A proposta do Distrito Federal possui textos gerais sobre a Educação de Jovens e Adultos e textos específicos para cada disciplina. Entretanto, este

documento não apresenta de forma direta uma abordagem crítica como é colocada pela proposta nacional. Mas esse documento compreende a aprendizagem como experiência entre professor e aluno, por meio de um diálogo pedagógico. Essa compreensão de ensino pretende estabelecer uma troca entre os saberes teóricos e sistematizados pela Educação Física e os saberes corporais apresentados pelos alunos, resignificando, assim, os elementos da cultura corporal.

É importante frisar que os estudantes estão inseridos em uma cultura, trazem suas vivências próprias e são regidos por uma organização política e social, criando a necessidade de olharmos para a Educação Física como um componente curricular comprometido com o desenvolvimento da consciência crítica, capaz de estabelecer um canal para o desvelamento da realidade. (DISTRITO FEDERAL, p. 125)

O Estado de Pernambuco fundamenta sua proposta de ensino na cultura corporal como um objeto de estudo, cujo movimento pedagógico deve estimular uma ação, reflexão e uma nova ação. Este documento afirma ser motivado pela concepção crítica superadora, sendo compreendida como a perspectiva que mais avançou na sistematização e no conhecimento da Educação Física Escolar. A proposta pernambucana é o documento que mais se aproximou da proposta curricular do Ministério da Educação. Vale destacar que a proposta nacional é apresentada em suas referências. Pesquisadores como Valter Bracht, Lino Castellani Filho, Elenor Kunz, Carmem Lúcia Soares, Tarcisio Mauro Vago, entre outros, também são citados neste documento.

Percebemos que as propostas do Ministério da Educação e do Estado de Pernambuco, são documentos que se aprofundam nas abordagens críticas, todavia a proposta exposta pelo Distrito Federal não apresenta uma concepção de Educação Física. Entretanto, a especificidade da Educação Física é aqui compreendida como cultura corporal ou cultura corporal de movimento e elas estão expostas em todos os documentos.

Estamos de acordo que as abordagens críticas sejam acolhidas para a Educação de Jovens e Adultos, pois segundo registros da proposta do Ministério da Educação, seus interesses vão além das práticas corporais, estes alunos estão abertos a uma ampliação do olhar sobre essas práticas, no sentido de valorizar a expressão de sua cultura corporal de movimento. Também compreendemos que a [reflexão sobre a cultura corporal, contribui para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares+ (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 40) grupos

estes que geralmente compõem as listas de presença da Educação de Jovens e Adultos.

4,2 Quais objetivos os documentos apresentam?

Ao identificar os objetivos de cada proposta, nos questionamos se os mesmos tinham coerência com as concepções pedagógicas apresentadas. Assim, ao analisar cada um dos documentos neste critério, tivemos o cuidado de observar sua relação com a concepção de Educação Física apresentada.

Os documentos do Ministério da Educação e do Distrito Federal apresentam seus objetivos em tópicos. Já os *Parâmetros do Estado de Pernambuco* faz uma referência ao livro *Metodologia do Ensino de Educação Física*. Logo abaixo apresentamos os objetivos citados por cada uma das propostas curriculares.

A proposta nacional expõe em suas páginas seis objetivos de ensino com a intenção de expressar o papel social da Educação Física para Educação de Jovens e Adultos, sendo:

- Promover a integração e a inserção de todos os alunos nas práticas corporais;
- Valorizar, apreciar e desfrutar dos benefícios advindos da cultura corporal de movimento;
- Perceber e compreender o papel do esporte na sociedade contemporânea;
- Usufruir do tempo livre de lazer, resgatando o prazer enquanto aspecto fundamental para a saúde e melhoria da qualidade de vida;
- Valorizar, por meio do conhecimento sobre o corpo, a formação de hábitos de cuidado pessoal;
- Compreender e ser capaz de analisar criticamente valores sociais como padrões de beleza, relações entre os sexos e preconceitos.

Já o documento do Distrito Federal exhibe cinco objetivos gerais, sendo eles:

- Propiciar a integração e a inclusão dos estudantes nas práticas corporais;
- Perceber, valorizar e utilizar os benefícios da cultura corporal de movimento;
- Desfrutar do tempo livre de lazer, resgatando o prazer como aspecto fundamental para a saúde e melhoria da qualidade de vida;

- Ampliar os conhecimentos relacionados à saúde, mediante práticas da cultura corporal de movimento, que tenham reflexo na melhoria da qualidade de vida e do bem . estar;
- Compreender e ser capaz de analisar criticamente valores sociais como padrões de beleza, relações entre os sexos e preconceitos.

Os %Parâmetros do Estado de Pernambuco+ consideram que o objetivo fundamental da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos é %[a.] desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal+. Nessa citação existe uma referência expressa ao Coletivo de Autores (1992 *apud* PERNANBUCO, 2013, p. 22).

Percebemos que a proposta do Distrito Federal apresenta objetivos semelhantes à proposta nacional com destaque para a integração entre as práticas corporais, a valorização da cultura corporal de movimento, a compreensão do lazer como aspecto fundamental para a saúde e a melhoria da qualidade de vida, bem como a análise crítica dos valores sociais, padrões de beleza, relações entre sexualidade e preconceito.

Todos esses objetivos no documento do Ministério da Educação vem acompanhados de um pequeno texto reflexivo para cada tópicos. Diferente do documento nacional a proposta do Distrito Federal apenas expõe estes tópicos e não realiza nenhuma reflexão sobre as temáticas impostas. De forma geral os objetivos apresentados por estes documentos estão de acordo com suas concepções pedagógicas.

O documento do Estado de Pernambuco apresenta uma reflexão fundamentada no livro %Coletivo de Autores+, ao invés de categorizar alguns objetivos gerais como foi feito pelos demais documentos. Portanto, os %Parâmetros+ afirmam uma concepção crítica de ensino, ao apresentar seu objetivo fundamental, como uma reflexão pedagógica sobre representações de mundo que o homem vem produzindo.

4.3 Quais são as propostas metodológicas apresentadas como sugestões para o ensino?

A metodologia caracterizou-se como um terceiro critério de análise. Apresentamos aqui como cada proposta curricular expõe ao leitor suas formas e métodos de ensino e aprendizagem para Educação Física na Educação Adulta.

A Proposta do Ministério da Educação afirma a importância de um trabalho no qual ensino e aprendizagem se organizam pela elaboração de unidades didáticas. O documento apresenta algumas orientações didáticas para propiciar ao leitor discussões sobre sua prática pedagógica, tais como:

- Reconhecer o aluno, em sua história pessoal;
- Incentivar a autonomia;
- Refletir criticamente os valores impostos pela mídia;
- Variar os espaços e os materiais;
- Estimular o progresso do aluno;
- Incluir o aluno no processo de ensino e aprendizagem;
- Reconhecer a necessidade de rever a prática pedagógica.

Essas são algumas orientações citadas pelo documento que são acompanhadas por uma proposta de estudo para Educação de Jovens e Adultos, com a temática: %Relações entre atividade física e saúde+. Essa proposta de estudo é dividida em objetivos, justificativa e etapas de ensino.

Como já foi afirmado, este documento apresenta uma concepção crítica de ensino ao abordar a temática da cultura corporal de movimento e reafirma essa especificidade em seus objetivos. Todavia, ao analisarmos sua metodologia, percebemos uma forte presença da justificativa científica e cognitiva do uso do corpo na Educação de Jovens e Adultos em detrimento de uma justificativa cultural e de vivências. Nas 09 etapas de ensino⁹ apresentadas, é perceptível que o aluno deixa de se expressar corporalmente pelo conteúdo prático e se torna um pesquisador teórico da temática estudada, realizando produções de textos, pesquisa em revistas, livros especializados, sítios virtuais e entrevistas.

Outro ponto que nos chama atenção é a forte influência da relação entre Educação Física e saúde, quando o chamado %projeto de estudo+¹⁰ expõe um momento prático para a aula e esse momento é legitimado pelos exercícios de

⁹ Etapas de Ensino: são apresentadas na proposta curricular do Ministério da Educação como possíveis planos de aulas diários.

¹⁰ Projeto de Estudo: conjunto de etapas de ensino, ou uma sugestão de unidade didática apresentada pela proposta com a temática %Relações entre atividade física e saúde+.

estudo científico sobre temas tais como: atividades aeróbicas e anaeróbicas, medição da frequência e etc.

O Distrito Federal, em seu documento, não apresenta nenhuma sugestão de unidade didática ou projeto de ensino. Esta proposta apenas apresenta um quadro dividido em conteúdos e objetivos específicos. Entretanto, ele afirma a importância do ajuste dos processos metodológicos à heterogeneidade cultural e às faixas etárias dos estudantes.

Diferente da proposta nacional, percebemos que o Currículo em Movimento é um documento bastante simplificado ao apresentar suas disciplinas específicas para Educação de Jovens e Adultos, pois não inclui em seu caderno nenhuma sugestão, forma ou proposta metodológica de trabalho nas escolas. Outro ponto que merece ser destacado é que alguns conteúdos citados pelo documento reafirmam a presença da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos pela relação entre atividade física e saúde. Podemos citar:

- Benefícios da prática de atividades físicas;
- Importância da atividade física (preventiva terapêutica e de qualidade de vida);
- Orientações para a prática corporal saudável;
- Atividade física na prevenção de doenças do trabalho;
- Importância dos grupos alimentares associados à prática da atividade física;
- Noções de funcionamento do corpo humano sistema endócrino;
- Socorros de urgência.

Já os Parâmetros de Educação Básica do Estado de Pernambuco expõem, assim como a proposta nacional, sugestões para o planejamento do ensino e aprendizagem. Entretanto as sugestões apresentadas abrangem todos os conteúdos citados pelo documento, diferente da proposta nacional que contempla somente a área da saúde em sua metodologia. Este Parâmetro afirma que o conhecimento precisa se organizar de forma circular e contínua e não de maneira linear e em etapas.

Compreendemos os ciclos de aprendizagens como uma forma de organização dos conhecimentos da Educação Física, pressupondo a aprendizagem como um movimento contínuo, processual, coletivo e cumulativo. A ideia central é romper com um processo linear que,

convencionalmente, vem organizando tais conhecimentos por uma lógica seriada nos currículos das escolas. (PERNANBUCO, 2013, p. 20 - 21)

Para isso a proposta de Educação Física na EJA do estado de Pernambuco, apresenta quatro fases de organização de ciclos para o avanço sobre o conhecimento da Educação Física:

- Fase de organização da identidade dos dados da realidade;
- Fase de Iniciação à sistematização do conhecimento;
- Fase de ampliação da sistematização do conhecimento;
- Fase de aprofundamento da sistematização do conhecimento.

O documento também aborda questões como Educação Física na perspectiva interdisciplinar e de inclusão escolar. Percebemos que os "Parâmetros" se constituem como a proposta que mais se aproxima, em sua metodologia, de uma concepção crítica, expondo na descrição de suas atividades sugestões favoráveis a esta abordagem, tais como: confronto dos saberes dos alunos com os saberes sistematizados; problematização das temáticas propostas; relação entre conteúdos e contextos sociais no qual os alunos estão inseridos, entre outros.

4.4 Como avaliar o aluno na EJA?

No quesito avaliação todas as propostas compreendem um método, mais processual, abrangente e qualitativo. Entretanto, expõe esses métodos de maneiras diferentes.

A proposta nacional afirma que a avaliação deve auxiliar o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática no que se refere à escolha do objetivo.

O documento do Distrito Federal afirma que a avaliação deve ser de construtiva, colaborativa ao aluno e não punitiva ou excludente.

A avaliação deve estabelecer uma relação de autonomia do estudante, de possibilidades de reflexão sobre sua prática educativa, seus saberes e a (re)significação desses saberes dialogados com novos conhecimentos. (DISTRITO FEDERAL, p. 25)

O Estado de Pernambuco apresenta: "[...] avaliação não deve ser vista como um fim em si mesmo, mas como um meio de diagnosticar o quanto o aluno se aproximou ou se distanciou dos objetivos traçados" (PERNANBUCO, 2013, p. 51).

Portanto, avaliação é compreendida pelas propostas curriculares como uma ferramenta de diagnóstico do trabalho entre o professor e o aluno. Não sendo um instrumento punitivo com a função de detectar déficits, mas sim, de analisar, interpretar e tomar decisões para orientar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

As três propostas compreendem o processo avaliativo como ação pedagógica que reconhece os saberes dos estudantes a partir de suas trajetórias de vida. E observa como o sujeito dialoga relaciona esses saberes com os novos conhecimentos construídos na escola, rompendo assim com o modelo de avaliação autoritária e exclusivamente classificatória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das propostas curriculares de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos revelam formas de pensar, planejar e organizar práticas pedagógicas, configurando a EJA em uma modalidade de ensino específica, com práticas coerentes a essa seguimento.

O que deve ser ensinado? Como deve ser ensinado? E onde buscar esse conhecimento? A partir dos documentos averiguados concluímos que a Educação Física para a Educação Adulta deve ser pensada e organizada por meio de uma concepção crítica de Educação Física. Tal concepção afirma que a especificidade pedagógica da Educação Física organiza-se a partir da cultura corporal ou da cultura corporal de movimento. Este modo de fazer e pensar a Educação Física está de acordo com Vago (2009, p. 34) quando afirma que a “[...] identidade da Educação Física com a educação que se realiza na escola é um primado orientador para um projeto cultural”. E com Bracht (1997, p. 16), quando alega que “[...] o que qualifica o movimento como humano é o sentido/significado do mover-se. Sentido/significado mediados simbolicamente e que os colocam no plano da cultura”. Desta forma, para trabalhar na Educação Física com o movimentar-se é preciso articular um conceito de cultura que se coadune com os pressupostos sociofilosóficos da educação crítica (BRACHT, 1997).

Este estudo contribuiu de forma significativa na minha formação, pois me permitiu compreender as abordagens críticas e suas especificidades, como também permitiu compreender as formas, as distribuições e a elaboração dos documentos curriculares, o que considero essencial no trabalho docente. Destaco que o conhecimento sobre esses documentos e os critérios de análises apresentados por este estudo são essenciais para a formação de jovens e adultos, onde essa disciplina pode se tornar possibilidade para projeto de formação humana, que trabalha as práticas corporais de movimento, em suas variadas dimensões.

Contudo, compreendo que outros estudos poderiam complementar essa pesquisa. Kramer (1997) afirma que tais documentos precisam estar intimamente ligados à realidade a que se dirigem. Assim, uma pesquisa posterior a esse estudo poderia averiguar se no estado de Pernambuco e no Distrito Federal, a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos realizada nas escolas estabelece relações de aproximação ou de diferença com os documentos prescritos.

REFERÊNCIAS

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Caderno Cedes**, n. 48, p. 69-88, ago. 1999.

BRACHT, Valter. Educação Física: conhecimento e especificidade. In: SOUZA, Eustáquia Salvadora de (Org.). **Trilhas e Partilhas: Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais**. Belo Horizonte: Ed. Cultura, 1997.

BRASIL. **Lei Federal 9394/1996**. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002. 148 p.: il.: v. 1 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_livro_01.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília: Presidência da República, Resolução, nº 1, de 5 de julho de 2000.

CARVALHO, Rosa Malena de. Este Encontro Entre Educação física Escolar e Educação de Jovens e adultos. Educação Física Escolar na Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: CRV, 2011.

CAULLEY, D. N. **Document Analysis in Program Evaluation** (Nº 60 na série Paper and Report Series of the Research on Evaluation Program). Portland, Or. Northwest Regional Educational Laboratory, 1981

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física** / coletivo de autores. São Paulo: Cortez, 1992. 119 p.

CUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Effective Evaluation**. San Francisco: Ca.. Jossey . Bass, 1981.

DAOLIO, Jocimar. Da cultura do corpo. São Paulo: Papyrus, 1995. Educação Física e cultura. **Revista Corpoconsciência**, Santo André, n. 1, 1998.

DIAS, Letícia Pereira; PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre. A Educação de Jovens Adultos no Brasil: história e contradições. **Rev. Unifamma**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 29-46, nov. 2012.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Básica**. Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, [201-]. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur_mov/7_educacao_de_jovens_e_adultos.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

FERREIRA, Luiz Olavo Fonseca. **As contribuições da Educação Física para a EJA**: o que pensam os alunos de uma escola pública noturna em Belo Horizonte. Monografia (Especialização em Esporte Escolar) - Universidade de Brasília, Belo Horizonte, 2007.

LÜDKE, Menga. Métodos de Coletas de Dados: entrevistas e análise documental. In: MARLI, E. D. A. André. **Pesquisa em Educação e Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996.

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: Subsídios para uma leitura crítica. **Educação & Sociedade**, v. 18, n. 60, dez. 1997.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do Esporte**. Ijuí: Unijuí, 1994.

PAULA, Juliana Araujo de. **Revelando Práticas**: a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos. Monografia (Graduação em Educação Física Licenciatura) . Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. **Parâmetros para a educação básica do estado de Pernambuco**. Parâmetros curriculares de educação física de educação jovens e adultos. Pernambuco: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 2013. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/PCPE_VD_EDUCACAO_FISICA_EJA.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. **Parâmetros para a educação básica do estado de Pernambuco**. Parâmetros na sala de aula Educação Física Educação de Jovens e Adultos: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 2013. Disponível em:

<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/4171/PSAdigital_EDUCACAO_FISICA_EJA.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

PHILLIPS, B. S. **Pesquisa Social**. Rio de Janeiro, Agir, 1974.

SOARES, Leôncio José Gomes. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. **Revista Presença Pedagógica**, v. 2, n. 11, set./out. 1996.

VAGO, Tarcísio Mauro. Início e fim do século XX: Maneiras de fazer educação física na escola. **Caderno Cedes**, v. 19, n. 48, ago. 1999.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Educação Física na Escola**: para enriquecer a experiência da infância e da juventude. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a Educação Física na Escola: Para uma Formação Cultural da Infância e Juventude. **Cadernos de Formação RBCE**, p. 25-42, set. 2009.